

Demonstrações Financeiras

São João Energia Ambiental S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

São João Energia Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
São João Ambiental S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São João Ambiental S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

São João Energia Ambiental S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.845	1.119
Contas a receber	4	6.898	3.258
Créditos tributários	5	742	3.166
Outros ativos	2.9	9.592	638
Total ativo circulante		21.077	8.181
Não circulante			
Depósitos judiciais		122	122
Partes relacionadas	6	8.343	8.343
Outros ativos		116	116
Imobilizado	7	49.341	49.547
Intangível	8	5.091	5.466
Total ativo não circulante		63.013	63.594
Total do ativo		84.090	71.775

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	9	7.702	5.626
Obrigações tributárias		177	1.278
Obrigações trabalhistas		756	1.069
Partes relacionadas	6	2.658	3.628
Outras contas a pagar		1.102	-
Total passivo circulante		12.395	11.601
Não circulante			
Fornecedores	9	5.463	5.107
Outras contas a pagar		1.209	890
Total passivo não circulante		6.672	5.997
Patrimônio líquido			
Capital social	10	133.515	133.515
Prejuízos acumulados		(68.492)	(79.338)
Total patrimônio líquido		65.023	54.177
Total do passivo e do patrimônio líquido		84.090	71.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energia Ambiental S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	11	54.507	38.439
Custos	12	(38.437)	(35.638)
Lucro bruto		16.070	2.801
Despesas gerais e administrativas	12	(5.883)	(5.285)
Despesas tributárias	12	(32)	(230)
Outras receitas		-	1.742
Resultado operacional antes do resultado financeiro		10.155	(972)
Receitas financeiras	13.1	1.359	1.236
Despesas financeiras	13.2	(668)	(1.170)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		10.846	(906)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energia Ambiental S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>10.846</u>	<u>(906)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>10.846</u>	<u>(906)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energia Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	133.515	(78.432)	55.083
Prejuízo do exercício	-	(906)	(906)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	133.515	(79.338)	54.177
Lucro líquido do exercício	-	10.846	10.846
Saldos em 31 de dezembro de 2023	133.515	(68.492)	65.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energia Ambiental S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Das operações		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.846	(906)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	9.881	14.233
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(3.640)	(7.579)
Créditos tributários	2.424	3.871
Outros ativos	(8.954)	(256)
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	2.432	(1.262)
Obrigações tributárias	(1.101)	(1.440)
Obrigações trabalhistas	(313)	45
Outras contas a pagar	1.421	396
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	12.996	7.102
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizado e intangível	(9.300)	(8.686)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento	(9.300)	(8.686)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(970)	2.119
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades financiamento	(970)	2.119
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	2.726	535
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.119	584
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.845	1.119
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	2.726	535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A São João Energia Ambiental S.A. (“São João” ou “Companhia”), constituída em 19 de fevereiro de 2004 na forma de sociedade por ações, é subsidiária integral da RZK Biogás 02 S.A., e tem por objeto social a exploração de gás bioquímico gerado no aterro São João, de acordo com os termos do contrato 020/SMA/2000, celebrado com a prefeitura municipal de São Paulo, incluindo as seguintes atividades:

- (i) A geração e comercialização de energia elétrica;
- (ii) A comercialização de gás bioquímico;
- (iii) A comercialização de quaisquer outros títulos advindos de benefícios ambientais.

Considerando-se as emissões reduzidas no exercício 2020, a operação da São João permitiu a verificação de um total de emissões evitadas equivalente a 125.699 tCO₂eq, possui cerca de 76.590 CERs (Créditos de Carbono) disponíveis para comercialização e mais de 600 mil passíveis de certificação. As atividades de certificação e os direitos aos créditos correspondentes fazem parte do contexto operacional da Companhia e geram receitas operacionais para esta, quando comercializados os respectivos créditos de carbono (CERs). A Companhia, exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentava resultados de menor relevância para atividades relacionadas à utilização ou venda de créditos de carbono (CREs). Essa atividade passou a representar impacto significativo nas atividades da Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, em decorrência da celebração, do instrumento pelo qual foi renovada a licença de exploração do aterro São João com a operadora do aterro. Por esse instrumento, a Companhia ajustou que a operadora do aterro lhe repassaria uma parcela dos créditos de carbono resultantes das atividades no aterro.

A energia exportada através do Sistema Nacional Integrado foi alocada à contratos de compra e venda de energia assinados com consumidores de energia de fonte alternativa, dentro do ACL (Ambiente de Comercialização Livre) e à contratos de compra e venda de energia com distribuidoras no ACR (Ambiente de Comercialização Regulada).

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

Declaração de conformidade--Continuação

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica CTG 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2024.

Julgamentos e estimativas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o uso de julgamentos e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em informações disponíveis à época da elaboração das demonstrações financeiras e com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, concluiu que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, mantendo a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A Companhia aplicou o CPC 37 (R1)/IFRS 1 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade” pela primeira vez para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com data de transição em 1º de janeiro de 2022. Os parágrafos a seguir contêm detalhes da transição da Companhia para o CPC/IFRS e a aplicação do CPC 37 (R1)/IFRS 1.

O CPC 37 (R1)/(IFRS 1) exige que uma entidade que está adotando as CPCs/IFRSs pela primeira vez prepare um conjunto completo de demonstrações financeiras cobrindo seu primeiro período de relatório do CPC/IFRS.

Antes da adoção inicial do CPC/IFRS, a Companhia preparava informações financeiras para fins de tomada de decisão e para fins de atendimento das autoridades fiscais (“GAAP anterior”), sem preparar um conjunto completo de demonstrações financeiras conforme definido no CPC 26 (R1)/IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”.

A Companhia avaliou os impactos à luz do CPC 00 e CPC 26, e concluiu pela imaterialidade dos montantes, e conseqüentemente, pela não aplicação do CPC 23 às demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são de alta liquidez e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Contas a receber

São registrados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, deduzidas das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em suas análises, não constituiu provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

2.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Bens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e provisão para perdas para redução ao valor recuperável, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são mensurados pela comparação entre o valor líquido obtido da alienação com o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível - direito de exploração

O direito adquirido de exploração do gás e do aterro São João são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do prazo do contrato de concessão, 180 meses. Os custos são amortizados e tratados como custo. Para constituição da obrigação de pagamento sobre o direito de exploração foi utilizada pela Companhia uma taxa compatível com a remuneração auferida pelos empréstimos da controladora da Companhia, este passivo está classificado sob a rubrica de fornecedores.

2.8. Passivo circulante e não circulante

Uma obrigação é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado e em que é provável a saída de um recurso econômico para saldar a obrigação. São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

2.9. Receita operacional líquida

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita é medida líquida de descontos e impostos e é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários.

Além das receitas de venda de energia, existe ainda uma receita adicional de venda de crédito de carbono vinculado à redução de emissão de CO₂eq em projetos homologados tanto na UNFCCC como em registros voluntários, e dessa forma, a Companhia emite Certificados de Emissões Reduzidas (CERs ou VERs) que podem ser revendidos a terceiros. A mensuração da receita com crédito de carbono corresponde ao valor justo do preço da transação, através de cotações de mercado apenas para os créditos homologados. Essas operações são reconhecidas como Receitas Operacionais e os ativos correspondentes são reconhecidos como Outros Ativos. A Companhia, exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentava resultados de menor relevância para atividades relacionadas à utilização ou venda de créditos de carbono (CREs). Essa atividade passou a representar impacto significativo nas atividades da Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, em decorrência da celebração, do instrumento pelo qual foi renovada a licença de exploração do aterro São João com a operadora do aterro. Por esse instrumento, a Companhia ajustou que a operadora do aterro lhe repassaria uma parcela dos créditos de carbono resultantes das atividades no aterro.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, a menos que seja um item mensurado ao VJR - valor justo por meio do resultado, nesse último caso os custos de transação são registrados no resultado do período.

Classificação e mensuração subsequente

a) *Ativos financeiros*

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- Custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou gerados. A companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

b) *Passivos financeiros*

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade não pode reclassificar qualquer passivo financeiro entre categorias.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração subsequente--Continuação

c) *Reconhecimento e desreconhecimento*

O NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, determina que a companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial somente quando uma entidade se torna parte das atividades contratuais do instrumento.

A compra ou venda de ativos financeiros deve ser reconhecida e / ou desreconhecida, se aplicável, na data da negociação ou na data da liquidação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando, e somente quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou
- Transfere o ativo financeiro a outra entidade e a não mantiver seu controle.
- A Companhia desreconhece o passivo financeiro quando, e somente quando:
- É extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada.

Impairment

A Companhia avalia com base em projeções futuras a perda de crédito esperada associada a seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia do impairment adotada depende da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito. Para as contas a receber a Companhia adota a abordagem simplificada, conforme permitido pelo NBC TG 48 e, portanto, reconhece, quando aplicável, as perdas esperadas ao longo de toda a vida do crédito desde o seu reconhecimento inicial do crédito. Com base nas análises da Companhia, não foi constituída provisão para perdas esperadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração subsequente--Continuação

d) *Custo amortizado de ativos financeiros após o reconhecimento inicial*

Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos. Os ativos da Companhia classificados como custo amortização são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva de juros é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como “despesas financeiras” na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazos de vencimento superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

e) *Valor justo de ativos financeiros*

Para ativos mensurados ao valor justo, a mudança no valor justo deve ser reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente, conforme apropriado. A data de negociação deve ser considerada a data de reconhecimento inicial para fins de aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável.

2.11. Pronunciamentos novos ou revisados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Pronunciamentos novos ou revisados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023--Continuação

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Pronunciamentos novos ou revisados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023--Continuação

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2--Continuação

As divulgações de políticas contábeis da Companhia foram modificadas para atender a essas alterações propostas. As alterações não tiveram impacto na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano e não opera em países que adotaram essa norma.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e retroarrendamento, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante--Continuação

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo, decorrente de um contrato de empréstimo, é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros em até doze meses subsequentes.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos de acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalente de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	133	1.055
Aplicação automática (i)	3.712	64
	<u>3.845</u>	<u>1.119</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2023, os saldos mantidos na conta corrente possuem remuneração automática progressiva com rendimento de 2% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes de energia – faturados(i)	2.488	2.385
Clientes de energia – medidos e não faturados(ii)	4.410	873
	<u>6.898</u>	<u>3.258</u>

(i) São decorrentes de fornecimento de energia elétrica, suportados por contratos bilaterais. Não contempla partes relacionadas.

(ii) São compostos pelas vendas de energia no ambiente de contratação livre (ACL) e contratação regulada (ACR), cujo consumo de energia ocorreu até o final do período e o faturamento ocorreu no mês subsequente

O saldo será faturado e recebido durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 e, por este motivo, não há constituição de provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

5. Créditos tributários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ICMS (i)	154	2.627
PIS e COFINS (ii)	176	143
IRRF (iii)	406	381
Outros tributos	6	15
	<u>742</u>	<u>3.166</u>

(i) A redução é decorrente a compensações de ICMS no curso normal da operação da Companhia.

(ii) Refere-se a créditos de PIS e COFINS apurados sob o regime da não cumulatividade sobre bens, serviços e insumos.

(iii) Refere-se majoritariamente a tributos de retenção na fonte sobre faturas e aplicações financeiras.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

6. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo não circulante		
RZK Energia S.A. (i)	8.343	8.343
	8.343	8.343
Passivo circulante		
RZK Energia S.A. (ii)	1.508	1.508
RZK Biogás 02 S.A. (iii)	1.150	2.120
	2.658	3.628

(i) Refere-se a venda de biogás, não prevê a incidência de juros e não existe vencimento previamente definidos.

(ii) O saldo tem natureza de conta corrente entre as empresas, não prevê a incidência de juros e não existe vencimento previamente definidos.

(iii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$700 mil. O saldo remanescente tem natureza de conta corrente entre as empresas que não prevê incidência de juros e não existe vencimento previamente definidos.

b) Remuneração da Administração

A remuneração da diretoria e dos administradores da Companhia foi de:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pró labore e encargos	573	1.328

7. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado

				<u>Valor residual</u>	
	<u>Vida útil</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Geração de energia	15 anos	107.933	(66.410)	41.523	37.958
Rede de gás	15 anos	8.504	(7.129)	1.375	1.726
Linha de transmissão	15 anos	27.790	(25.052)	2.738	3.648
Usina de gás	15 anos	13.773	(13.116)	657	698
Máquinas e equipamentos	10 anos	31.511	(28.653)	2.858	5.337
Outros ativos	5 a 10 anos	1.200	(1.010)	190	180
		190.711	(141.370)	49.341	49.547

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2021	Adição	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023
Custo						
Geração de energia	94.887	4.728	99.615	8.318	-	107.933
Rede de gás	8.446	3	8.449	55	-	8.504
Linha de transmissão	27.029	555	27.584	206	-	27.790
Usina de gás	13.693	-	13.693	80	-	13.773
Máquinas e equipamentos	27.555	3.382	30.937	574	-	31.511
Outros ativos	1.216	26	1.242	50	(92)	1.200
	<u>172.826</u>	<u>8.694</u>	<u>181.520</u>	<u>9.283</u>	<u>(92)</u>	<u>190.711</u>
	31/12/2021	Adição	31/12/2022	Adição	Baixa	31/12/2023
Depreciação						
Geração de energia	(55.136)	(6.521)	(61.657)	(4.753)	-	(66.410)
Rede de gás	(6.210)	(513)	(6.723)	(406)	-	(7.129)
Linha de transmissão	(22.097)	(1.839)	(23.936)	(1.116)	-	(25.052)
Usina de gás	(12.311)	(685)	(12.996)	(120)	-	(13.116)
Máquinas e equipamentos	(21.512)	(4.089)	(25.601)	(3.051)	-	(28.652)
Outros ativos	(1.016)	(44)	(1.060)	(43)	92	(1.011)
	<u>(118.282)</u>	<u>(13.691)</u>	<u>(131.973)</u>	<u>(9.489)</u>	<u>92</u>	<u>(141.370)</u>

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8. Intangível

a) Composição do ativo intangível

	Vida útil em anos	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	
				31/12/2023	31/12/2022
Direito de exploração (i)	15 anos	5.486	(513)	4.973	5.198
Software	5 anos	543	(425)	118	268
		<u>6.029</u>	<u>(938)</u>	<u>5.091</u>	<u>5.466</u>

(i) O direito adquirido de exploração do gás e do aterro São João são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do prazo do contrato, 180 meses. Os custos são amortizados e tratados como custo. Para constituição da obrigação de pagamento sobre o direito de exploração foi utilizada pela Companhia uma taxa compatível com a remuneração auferida pelos empréstimos contratados pela controladora da Companhia, este passivo está classificado sob a rubrica de fornecedores.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação do ativo intangível

Custo	31/12/2021	Remensuração	Adição	31/12/2022	Adição	31/12/2023
Direito de exploração	5.486	-	-	5.486	-	5.486
Software	532	-	6	526	17	543
	<u>6.018</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>6.012</u>	<u>17</u>	<u>6.029</u>

Amortização	31/12/2021	Remensuração	Adição	31/12/2022	Adição	31/12/2023
Direito de exploração	(596)	880	(472)	(188)	(325)	(513)
Software	(288)	-	(70)	(358)	(67)	(425)
	<u>(884)</u>	<u>880</u>	<u>(542)</u>	<u>(546)</u>	<u>(392)</u>	<u>(938)</u>

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Direito de exploração - nota 8	5.121	5.367
Fornecedores da operação	8.044	5.366
	<u>13.165</u>	<u>10.733</u>
Passivo circulante	7.702	5.626
Passivo não circulante	5.463	5.107
	<u>13.165</u>	<u>10.733</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos (a)	1.013	1.586
A vencer:	12.152	9.147
	<u>13.165</u>	<u>10.733</u>

(a) O saldo de contas a pagar vencidos refere-se a uma discussão comercial com um fornecedor e que está em fase de negociação para a liquidação.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2023 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R\$133.515 representado por 129.524.938 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, integralmente de titularidade da RZK Biogás 02 S.A.

Em decorrência dos resultados do exercício e acumulados, não foram constituídas reservas e tampouco, realizada distribuição de dividendos no exercício.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

11. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de transações com clientes	59.665	41.566
Receita com créditos de carbono (a)	11.945	-
(-) Impostos	(5.158)	(3.127)
	<u>54.507</u>	<u>38.439</u>

A receita é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários.

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, R\$11.945 refere-se a ao direito à créditos de carbono, dos quais R\$3.180 já foram comercializados, atividade que passou a ser explorada de forma relevante pela Companhia no referido exercício.

12. Custos e despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos com pessoal	(5.886)	(9.055)
Depreciações e amortizações	(9.881)	(14.233)
Manutenção preventiva/corretiva	(5.141)	(6.901)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(5.095)	(4.082)
Biogás de terceiros	(4.496)	(3.972)
Combustíveis e lubrificantes	(2.571)	(2.297)
Energia elétrica de terceiros	(10.312)	(559)
Outros custos e despesas	(970)	(54)
	<u>(44.352)</u>	<u>(41.153)</u>
Classificados como:		
Custos	(38.437)	(35.638)
Despesas gerais e administrativas	(5.883)	(5.285)
Despesas tributárias	(32)	(230)

13. Resultado financeiro

13.1. Receitas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Descontos obtidos	1.247	1.207
Juros ativos	1	28
Rendimentos de aplicações financeiras	111	1
Total das receitas financeiras	<u>1.359</u>	<u>1.236</u>

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Resultado financeiro--Continuação

13.2. Despesas financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros sobre tributos	-	(327)
Juros sobre fornecedores	(596)	(775)
Outras despesas	(72)	(68)
	<u>(668)</u>	<u>(1.170)</u>
	<u>691</u>	<u>66</u>

14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	10.846	(906)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(3.688)	308
Exclusões temporárias	3.744	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais	(56)	(308)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	-	-

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e/ou sobre os prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia optou por não efetuar o registro do imposto de renda e contribuição social proveniente de prejuízos fiscais.

15. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a riscos e processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. A Administração da Companhia, apoiada em seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências para os exercícios findos e 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

16.1. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma para definir limites e controles de riscos apropriados ao seu tamanho e para monitorar os riscos e aderência aos limites. O Grupo RZK Energia, por meio de suas normas e procedimentos, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações, sendo todas as decisões relacionadas aos instrumentos financeiros revisadas e aprovadas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de juros;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco socioambiental.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

16.1. Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Taxas de juros

A Companhia possui exposição a índices de correção e taxas praticadas pelo mercado. Sua exposição é composta basicamente de taxas de juros das aplicações financeiras, que são vinculadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancário (CDI).

Liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorada diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessárias, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O saldo de contas a receber e da receita operacional líquida está concentrado em um único cliente, porém a Companhia considera seu risco de inadimplência baixo, devido a sua estruturação de contrato a longo prazo com garantias e uma base histórica de perdas com clientes inexistente.

Os valores a seguir representam a exposição máxima de risco dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.845	1.119
Contas a receber	6.898	3.258
	<u>10.743</u>	<u>4.377</u>

Risco socioambiental

A Companhia está sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções relativas à proteção ambiental. A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades. A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

São João Energia Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

17. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.